

# Algumas Considerações Sobre “Valor e Formação de Preços”

(ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS)

OTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES

## I

### a) A escolha no consumo e na produção

1 — A Cadeira de Valor e Formação de Preços, instituída pela lei que disciplina o ensino de economia em nossas Universidades, tem sua discriminação influenciada pela tradição do ensino na França. Há poucos anos, foi editado um trabalho póstumo do professor Gaetan Pirou, “La Valeur et les Prix”, onde o autor começa por declarar que a economia “é o estudo dos fenômenos do valor e dos preços”.

Entre os anglo-saxões, não se estabelece tão nitidamente a distinção entre “valor” e “preço” porque ao firmar-se a atenção sobre o preço considera-se simultaneamente a “utilidade” e o “custo”, tradição essencialmente Marshalliana. Entretanto, o problema da avaliação dos bens é desde logo assinalado ao estudante. Examinemos, por exemplo, o conhecido livro didático de Samuelson, em boa hora traduzido pelo competente economista patricio, professor Octavio Dias Carneiro. Logo no início, evidencia o autor a imposição da escolha na produção e no consumo. O imperativo da escolha é elucidado numa série de indagações intuitivas, que resumiremos na seguinte pergunta: dentre as diferentes possibilidades de produção, quais as mercadorias que são produzidas e em que proporções são consumidas?

Ora, a escolha necessariamente requer a avaliação dos bens. Consequentemente, o “valor” deve constituir o elemento essencial da compreensão do fato econômico. Todavia, a avaliação dos bens é focalizável de diferentes maneiras. Podemos compreendê-la em face do consumo de um bem, consideradas constantes as quantidades dos demais. Podemos, também, o que é mais lógico, estudar

a avaliação de um bem conjugado ao consumo de outros bens, que lhes são concorrentes ou complementares. O “valor” se apresenta aí como um índice de substituição entre quantidades crescidas e decrescidas, quantidades essas que objetivam a comparação que o consumidor faz, subjetivamente, entre as utilidades marginais das respectivas quantidades substituídas.

O termo utilidade já foi consagrado. É por todos compreendido. Os bens e serviços são procurados porque têm utilidade. E, seguindo a lógica dessa compreensão, é óbvio que a noção de valor deva estar ligada à utilidade marginal, isto é, à utilidade correspondente aos acréscimos ou decréscimos, porque é no momento de adicionarmos ou de deduzirmos quantidades que podemos avaliar os bens que consumimos.

Pelo fato de não ser mensurável a utilidade, isso não implica em afastar a validade de seu conceito. Se um consumidor, com o aumento do preço do arroz passa a adquirir maior quantidade de outro produto qualquer, a relação entre a quantidade acrescida dêsse artigo e a quantidade decrescida do outro — relação que se denomina de taxa de substituição — sem dúvida alguma expressa a relação subjetiva entre a utilidade perdida com o decréscimo do consumo de arroz e a utilidade ganha com o aumento de consumo do outro produto.

2 — Veremos adiante, no capítulo que examina a aplicação prática da análise do valor, a importância dessa aparente irreabilidade analítica da substituição no esclarecimento dos problemas da expansão econômica.

A substituição nem sempre se apresenta com nitidez. Para compreendê-la precisamos ampliar os horizontes do exame, seja no campo do consumo, seja no da produção. É conveniente mesmo ir além, incluindo na mesma análise a produção e o consumo, desde que a produção não acarrete o problema dos investimentos. No caso de fazer-se presente o investimento, a escolha encobre aspectos mais complexos, que fogem aos limites da análise que estamos considerando. Mas, enquanto não fôr necessário ligar a produção a um investimento, isto é, enquanto cogitamos de uma produção sem modificação de produtividade de seus fatores, poderemos considerá-la na mesma análise do consumo. Se, por exemplo, estivermos diante de um caso de emprêgo de fatores em proporções fixas, a substituição será verificável se extendermos a análise ao consumo do produto. A citação clássica é a de uma usina siderúrgica que não pode renunciar ao consumo de carvão

e substituí-lo pelo emprêgo de maior quantidade de minério de ferro, uma vez que a fabricação de aço exige proporções fixas de ferro e de carvão. Mas, se o preço do carvão se mantiver em nível muito alto, o custo da produção do aço aumentará, determinando a elevação de seu preço. O fato induzirá à substituição. Outros produtos serão usados em lugar do aço. E no setor da produção onde o carvão fôr substituível, outros combustíveis serão usados em lugar do carvão.

Vejamos uma segunda hipótese. Se dois artigos forem complementares, o consumo adicional de um determina o acréscimo de unidades do outro. Mas, isso não quer dizer que não prevaleça a substituição. Ao contrário, ela se impõe e com maior nitidez. Assim, se houver maior consumo de gasolina, em virtude da baixa de seu preço, intensificar-se-á a compra de pneus, para atender ao maior uso do automóvel. Mas, para atender ao aumento de despesa, provocado pelo acréscimo concomitante de gasolina e de pneus, impõe-se a redução do consumo de outras mercadorias, redução essa que, talvez, não ocorresse se o pneu não fôsse complementar da gasolina.

Vejamos ainda outra hipótese. Admitamos uma fase de desemprego de fatôres de produção. Havendo disponibilidade de recursos, parece insubsistente o custo alternativo, uma vez que para produzir uma coisa não há necessidade de renunciar à produção de outra; ambas as coisas poderiam ser produzidas.

Na verdade, porém, não podem. Com a estagnação, há decréscimo de renda. O poder de compra dos consumidores declina. Se antes êles poderiam adquirir dois produtos, mesmo que fôsem nitidamente concorrentes (chá e café, por exemplo), agora, a aquisição de um artigo implica necessariamente na renúncia à aquisição de outro, ainda que ambos sejam ligeiramente concorrentes (leite e carne, por exemplo). Uma coisa ou outra, não obstante a disponibilidade de fatôres de produção.

Vemos, assim, que mesmo na hipótese de não ser observável a substituição de maneira direta, como no caso dos fatôres de produção estritamente complementares, ou no caso dos bens serem complementares no consumo final, ou, ainda, no caso de haver disponibilidade de fatôres de produção, o imperativo da escolha se apresenta no consumo. E na produção?

A disponibilidade de fatôres de produção, numa fase de depressão, advém da ausência de investimentos. E a produção

quando é relacionada aos investimentos requer outras peças analíticas, além daquelas que se fundamentam no custo alternativo, em determinado tempo.

### **b) Produção em evolução**

3 — Quando estudamos a avaliação dos bens, por meio da modificação das quantidades consumidas, nós o fazemos em função da variação dos preços relativos ou da variação do nível da renda. Os preços são dados ou é dado o nível da renda. Evidentemente, nesse procedimento, nossa atenção deixa de considerar as causas que determinam a alteração da relatividade dos preços ou as que fazem variar a renda. Entretanto, para os fundadores da Economia, o estudo de tais variações é que consista o objetivo de suas pesquisas.

Adam Smith e David Ricardo deram ênfase à expansão da produção. O segundo, mais preocupado do que o primeiro em fixar o arcabouço teórico, imprimiu um cunho evolutivo à noção de valor, relacionando-o com as quantidades decrescentes de trabalho, na elaboração dos produtos. Ricardo estabeleceu o contraste entre o valor e a riqueza. Tanto mais rico será um país, dizia êle, quanto menor valor tiverem seus produtos, isto é, quanto menor fôr a quantidade de trabalho aplicada aos produtos, devido ao progresso técnico da produção.

O aspecto evolutivo do valor-trabalho de Ricardo não tem sido devidamente contemplado. Os socialistas, principalmente com Marx, fundamentaram o valor no trabalho como premissa para o exame da distribuição do produto, sem considerar o problema da estimativa no consumo. Na hipótese de Ricardo, sendo o “valor do trabalho” relacionado com a expansão econômica, êsse valor pode ser entendido como coincidente com o “valor-utilidade”. Quanto mais se aumenta a produtividade do trabalho, isto é, quanto maior fôr a quantidade de produto por unidade de trabalho, tanto maior será o suprimento do produto ao mercado. Com o aumento de sua oferta, os consumidores atribuem-lhe uma utilidade marginal menor. Há, pois, uma convergência de valor, sob os dois ângulos considerados: reduz-se o “valor” do trabalho no preparo do produto, devido ao aumento da produtividade; reduz-se o “valor”, em termos de utilidade marginal, em virtude do acréscimo de suprimento da mercadoria.

### c) Distribuição do produto e preços dos fatores

4 — No número de setembro de 1956 desta Revista (1) procurei justificar a peculiaridade do investimento no cenário do investimento. É por intermédio do investimento que se consegue aumentar a produtividade dos fatores de produção e, portanto, é através do investimento que se verifica a possibilidade de fazer crescer a remuneração de todos os fatores de produção, ou, pelo menos, aumentar a remuneração de alguns sem prejudicar as de outros. No caso da produção corrente, ou seja da produção que se realiza sem que se tenha verificado uma modificação de produtividade, as variações na remuneração dos fatores são de caráter alternativo, isto é, o acréscimo de remuneração de alguns fatores implica no decréscimo de remuneração de outros. Segue-se aí a mesma orientação analítica adotada no consumo, como, aliás, bem acentuam Stonier e Hague (2), quando afirmam que a análise dos preços dos fatores de produção é exatamente paralela à análise dos preços das mercadorias e serviços.

Vale a pena reproduzir o seguinte trecho do Capítulo X desse excelente livro didático:

"Atingimos uma importante fase de nossa análise. Até agora nos limitaremos a mostrar como os preços são determinados em condições de livre concorrência ou de concorrência imperfeita. Mostraremos, daqui por diante, como se formam os preços dos fatores de produção. No passado as idéias concernentes à determinação de preços dos fatores eram referidas freqüentemente como parte da "Teoria da Distribuição". Os economistas do Século XIX achavam-se fortemente interessados no problema da distribuição do produto, entre os fatores de produção. Por motivos políticos e sociais eles julgavam importante saber como as diferentes parcelas da renda nacional deveriam caber relativamente a cada grupo social. Em nossos dias, ao menos no que diz respeito à estrita análise econômica, o centro do interesse se deslocou. A teoria econômica preocupa-se mais com a determinação dos preços dos fatores."

---

(1) "Previsão Econômica e Investimentos", *Revista Brasileira de Economia*, ano 10, n.º 3, de setembro de 1956.

(2) *A Textbook of Economic Theory*.

O que está dito é certo, mas notòriamente incompleto o que falta esclarecer é a diversidade de fundamento de uma e de outra análise. Quando se fixa a atenção na *distribuição da renda* nacional entre os fatores de produção, o que, realmente, se pretende focalizar é a *modificação da renda nacional* e, neste caso, cabe saber como será a mesma redistribuída ou como será distribuído o seu acréscimo entre os fatores de produção. Quando se parte do pressuposto de que a renda nacional se mantém constante, ou melhor, quando a atenção é voltada, não para o conjunto da economia, mas apenas para a receita de cada empresa, individualmente considerada, receita essa correspondente a uma instalação já concluída e em uso, neste caso, a relação entre as quantidades produzidas e o número de fatores pode e deve ser traduzido monetariamente em termos de preços. A remuneração se consubstancia no preço pelo qual deve ser pago o fator que participa da produção. Se o preço fôr igual ou maior que a produtividade que o fator pode oferecer à empresa, esta não terá mais interesse em empregá-lo. Procurará outro que o substitua, ou, no caso de empregá-lo, deixará de auferir lucro. Se o preço fôr menor do que a produtividade que o fator pode oferecer à empresa, esta o empregará, obtendo um "excedente".

5 — O que importa agora é estabelecer uma distinção bem marcante entre a análise da produtividade dos fatores num sistema de produção estável, ou seja num sistema em que a produção se realize com os MESMOS meios produtivos e a análise da produtividade dos fatores de produção, que se verifica com o ACRÉSCIMO de novos meios produtivos.

Para levar a efeito o aumento de novos meios produtivos, notadamente instalações e equipamentos, é necessária a realização de investimentos, ou seja a utilização da produção corrente no preparo dessas novas instalações e equipamentos.

#### **d) Produção corrente e investimentos**

6 — Com os meios produtivos em uso realiza-se a produção, que permite oferecer bens e serviços ao mercado.

Os meios produtivos são terra, instalações, equipamentos, técnica e trabalho. De uma maneira genérica, capital e trabalho.

Os bens e serviços são produtos intermediários quando participam da produção, em cooperação com o capital e o trabalho. Nestas condições, o capital, o trabalho e os produtos interme-

diários estão compreendidos na expressão usual de fatores de produção. Os produtos são finais, quando se destinam ao consumo dos indivíduos ou ao consumo das empresas, como sejam as instalações e equipamentos necessários à substituição daqueles que caíram em desuso.

A receita dos produtos finais deve corresponder à soma paga aos fatores de produção. Porisso mesmo, a renda nacional, apurada em determinado período, tanto pode ser estimada pelo valor do produto ao preço pelo qual o produto é consumido, como pode ser avaliada pela soma correspondente aos preços dos fatores de produção.

Em geral, na receita de um produto, verifica-se a existência de um "excedente" — o denominado "lucro", que, de fato, deflui do emprêgo de novos equipamentos, de nova técnica e dos riscos e incertezas inerentes à nova produção. Se não houver o *acrêscimo de produtividade* dos fatores de produção, então, nesse caso, o denominado "lucro" resulta de uma "redistribuição" da receita, em favor de uns e em detrimento de outros. Há "lucros" porque alguém detém uma posição privilegiada em relação aos demais fatores de produção e, tanto é assim, que na hipótese de livre concorrência a soma do produto deve equivaler à soma das remunerações dos fatores. Se o produto fôr 100, a soma de matérias-primas, salários, energia, depreciação dos equipamentos e salários da administração deve, também, ser igual a 100. O excedente não encontra apoio nesse ciclo produtivo. É por êsse motivo que Marx levantou a idéia de que o lucro advém da falta de pagamento adequado a um dos fatores de produção, ou seja o trabalho, dada a sua elasticidade de suprimento. E Bohm-Bawerk apesar de referir-se ao elemento tempo, limita-se, como Marx, a estudar a produção num mesmo período. Há, sem dúvida, nesse período, um prazo de transformação dos fatores de produção em produtos que Bohm-Bawerk analisa para a sua teoria dos juros. É a mesma preocupação de Marx de explicar o maior valor do produto sôbre a soma dos valores dos fatores.

Como justificar, pergunta Bohm-Bawerk, o valor do produto superior ao valor dos fatores *a* e *b* se o valor do produto final é que dá valor aos fatores de produção? Se há uma diferença a maior, pondera Bohm-Bawerk, entre o valor do produto e o dos fatores, essa diferença só pode ser explicada pelo maior aprêço que se dá aos produtos de consumo imediato sôbre aqueles que vão ser entregues no futuro. Os fatores de produção são adquiridos no presente, com o objetivo de transformá-los em mercadorias,

no futuro. No presente, êles não satisfazem aos consumidores; são bens que se destinam ao preparo de mercadorias. E sendo mercadorias que só serão consumidas no futuro, seu valor em perspectiva é inferior ao de idênticos bens já disponíveis no presente. Conseqüentemente, os fatores de produção são adquiridos no presente, com "*deságio*". Uma vez transformados os fatores de produção em mercadorias finais, êles adquirem um valor superior ao valor pelos quais foram empregados. Daí o *excedente*.

7 — Tôdas essas considerações, a da análise estatística do consumo-produção, bem como as de Marx e ainda as de Bohm-Bawerk, tôdas elas, repito, baseiam-se na produção corrente, onde se estabelece uma conexão entre fatores de produção e produto, conexão essa que não pode explicar o lucro. Há um fluxo de receita de produto para os fatores; há um fluxo de serviços dos fatores para o produto. É uma produção corrente porque é nítido enca-deamento dos fatores para o produto e do produto para os fatores.

Quando, porém, os fatores de produção são utilizados no preparo de novos meios produtivos, já não podemos nos referir ao mesmo curso de produção, isto é, à produção corrente. O produto (novas instalações, novos equipamentos) vai participar de uma nova produção. Em vez de produção corrente temos um investimento. No investimento, interrompe-se a ligação entre o fluxo de pagamento do produto aos fatores de produção. O produto, no caso o investimento, só terá seu valor conhecido quando, como fator, participar de nova produção e, nessa ocasião, já estarão dispensados os fatores que se achavam empenhados no preparo do investimento.

Qual a significação prática da distinção entre produção corrente e investimento?

A vantagem da distinção reside no fato de que num caso, no da produção corrente, podemos observar o suprimento de bens e serviços ao mercado, em conexão com a distribuição da renda aos fatores, ao passo que no caso do investimento não há conexão entre a distribuição da renda e o suprimento do produto ao mercado. Durante a elaboração do investimento, há distribuição da renda como remuneração dos fatores de produção, mas não há o que oferecer ao mercado enquanto o investimento não estiver concluído. Além disso, depois de concluído, o investimento contribuirá, com outros fatores, para o preparo de uma nova produção. A receita concernente ao produto dessa nova produção não tem, pois, relação com a soma paga aos fatores que participaram da



elaboração do investimento. Em outros termos, a soma paga aos fatores de produção não se relaciona com o valor do investimento, porque o valor do mesmo só aparecerá quando participar de novo sistema produtivo e, nessa oportunidade, já estarão desocupados os fatores de produção empregados no preparo do investimento. (3)

De onde provém a soma que se destina ao pagamento dos fatores de produção aplicados no preparo do investimento? A fonte de pagamento está na soma de *economia* ou poupanças.

Enquanto na produção corrente os fatores de produção têm sua remuneração dependente da colocação do produto no mercado, ou seja no consumo, no caso do investimento a remuneração dos fatores depende da soma não aplicada no consumo, isto é, de quantias poupadas.

### e) Economias, Investimentos e Produtividade

8 — Verificamos no parágrafo anterior que na produção corrente a conexão verificável é entre produto e fatores de produção. No investimento, porém, não sendo o mesmo o ciclo de produção, não sendo corrente a produção, não há ligação entre o produto e seus fatores. A conexão é entre as economias e os fatores aplicados no investimento.

A soma economizada que é aplicada num investimento corresponde à utilização dos fatores empregados na produção corrente. Uma vez que a produção corrente é aquela que supre o mercado de bens e serviços, inclusive para a reposição das instalações e equipamentos das empresas, podemos considerá-la como produção destinada ao consumo, em contraste com a produção corrente destinada aos investimentos. Nestas condições, segundo a definição geral, economia ou poupança é a parcela da renda não aplicada no consumo.

A não aplicação da renda no consumo não significa necessariamente redução de consumo. Em geral, expressa abstenção de aumento de consumo. Mas, em qualquer das duas hipóteses, há liberação de fatores. Na primeira hipótese, os fatores de produção são liberados, isto é, tornam-se disponíveis para os investimentos, por força da diminuição do consumo; o investimento é

---

(3) Observe-se a preocupação de Keynes, ao definir a eficiência marginal do capital, de relacionar a perspectiva da receita ao custo de reprodução do investimento e não ao valor do investimento no mercado. O valor de mercado já compreenderá a "capitalização" da vantagem dessa produção sobre as demais produções, graças ao investimento.

realizado mediante o decréscimo do consumo. Na segunda hipótese, os fatores mantêm-se livres uma vez que não são utilizados no consumo; estavam disponíveis e mantêm-se disponíveis. Se não forem aproveitados, se as economias não forem aplicadas na utilização desses fatores disponíveis, a renda nacional declinará e, provavelmente, as pessoas que conseguiram economizar no passado não conseguirão economizar no futuro, a despeito da disponibilidade de fatores de produção.

Economias, disponibilidade de fatores de produção e aproveitamento dos fatores disponíveis no investimento são elementos de análise tão entrelaçados que podemos considerá-los como fases sucessivas de um mesmo fenômeno e que chegam à identidade nos limites do equilíbrio.

9 — Na análise referida nos parágrafos anteriores, análise microeconômica e intratemporal, o conceito de produtividade prende-se à relação entre quantidades adicionais de um produto e quantidades adicionais de um fator, num mesmo curso de produção. Ao estabelecer-se a relação entre produto e fator procura-se, ou implicitamente, a correspondência entre a utilidade marginal do produto e a produtividade marginal que o fator possa oferecer, de acordo com determinado nível de renda e determinada técnica de produção.

Com o investimento, alteram-se os termos do problema. Relaciona-se, agora, a perspectiva do novo preço (ou, implicitamente, a perspectiva da utilidade marginal do produto) com a *modificação* da produtividade do trabalho e de outros fatores de produção, depois de concluído o investimento.

Realizado o investimento, consegue-se obter duas ou três vezes maior quantidade de produto com o mesmo emprêgo de fatores, na produção corrente. Essa diferença de produtividade é que constitui o *lucro*, feita, naturalmente, a dedução de amortização do custo do investimento, compreendendo o tempo de sua elaboração e prazo de sua duração. Tais prazos dão significação econômica ao período de investimento, como assinala em número anterior nesta Revista, ao fazer extensa referência à contribuição de Wicksell à elucidação do problema dos investimentos (número de setembro de 1956) (4).

O lucro, que resulta do acréscimo de produtividade dos fatores empregados na produção corrente, dá lugar ao problema

---

(4) Ver *Revista* citada, página 12, e nota n.º 9, da página 15.

da *distribuição*, a que se referiam os economistas clássicos. E é explicável que tivessem essa preocupação, pois da maneira de processar-se a distribuição muito depende a expansão econômica. A fim de que a economia continue a expandir-se, é indispensável que parte do acréscimo de lucros seja reinvestida e parte seja distribuída para assegurar o acréscimo do consumo. Isso implica em dizer que, econômica e institucionalmente, os *lucros* devam ser distribuídos entre os detentores do investimento, de um lado (ou sejam os donos do *capital*) e de outro, salarizados (mediante aumento de salários) e consumidores (mediante redução do preço de venda do produto).

#### f) Lucros e Salários

10 — Nessa mesma linha de pensamento, o professor Kaldor reformulou a chamada teoria de distribuição, em recente artigo publicado na *Review of Economic Studies*, vol. XXIII, n.º 2, e repetida em várias conferências.

A meu ver, a explicação de Kaldor tem o defeito de ser demasiadamente aritmética. Ao considerar o investimento na produção, êle o faz de maneira excessivamente mecânica. Além disso, por não fazer a distinção entre a produção corrente e investimentos, dá à sua própria fórmula uma equivalência com a de Marx, quando, de fato, essa equivalência não subsiste.

Inspirando-se na idéia Keynesiana do multiplicador, o professor Kaldor admite certo número de relações que, no seu entender, explicam as proporções de salários e de lucros na formação da renda nacional. O ponto de partida fundamental é o investimento.

A obtenção adicional de bens e serviços, ou, em termos genéricos, a obtenção de um acréscimo de produto, depende de determinado volume de investimentos. Temos, pois, a primeira relação: investimento-produto. Admitamos que essa relação seja 5, isto é, que para cada unidade de produto sejam necessárias 5 unidades de capital. Assim, com o propósito de obter-se Cr\$ 100,00 de renda adicional será necessário o investimento de Cr\$ 500,00.

Suponhamos, agora, que a renda nacional aumenta de 2,5%. Ora, se o aumento é de 2,5% e se para alcançar-se êsse acréscimo é necessário um investimento em proporção cinco vezes maior, segue-se que o investimento, em percentagem da renda nacional, deverá ser de 12,5%. Para a consecução de um aumento de renda de 2,5% digamos no próximo ano, é necessário realizar

investimentos, no corrente ano, que representem 12,5% da renda nacional.

Passemos para a terceira relação. Vimos, no parágrafo 10, que a fonte financiadora dos investimentos são as economias. Em geral, as economias são feitas nas próprias emprêsas e, individualmente, por aquêles que auferem rendimentos de capital. Nestas condições, para simplificar a exposição, o professor Kaldor parte do pressuposto de que as economias correspondentes aos investimentos, ou seja a soma equivalente de 12,5% da renda nacional pertence àqueles que percebem lucros. E como as economias representam apenas uma parcela da renda auferida, segue-se, necessariamente, que a soma de lucros deve ser maior do que a percentagem indicada. Digamos, para argumentar, que a parcela economizada seja igual a  $1/4$  do total dos lucros. Neste caso, a soma de lucros será equivalente a  $4 \times 12,5\%$  ou sejam 50% da renda nacional e os outros 50% poderão ser considerados como salários.

Em resumo: se a renda nacional fôr 1.000, e a tendência de crescimento fôr 2,5% por ano; se a relação investimento-produto fôr 5; se a parcela de economias fôr  $1/4$  dos lucros, dentro dessas condições, teremos que no total da renda de 1.000 a soma de lucros é 500 e o resíduo de 500 é de salários.

Dessa ordem de considerações, julga o professor Kaldor poder estabelecer uma equivalência com a fórmula de Marx, quando a soma de salários encontrada corresponder a um salário de mínimo de subsistência. Diz mais ainda, que sua fórmula não prevalece e sim a de Marx, na hipótese do salário de subsistência corresponder à soma superior a 500. Por outro lado, se o salário de subsistência fôr 400, segundo a fórmula de Marx o lucro será de 600; entretanto, de acôrdo com sua fórmula, Kaldor mostra que o lucro será apenas de 500, o que demonstra que o salário pode ser superior ao mínimo de subsistência.

Lógicamente não há lugar para essas comparações. Marx ao considerar o lucro, examina a situação de *produção corrente*. De fato, na produção corrente, conforme vimos anteriormente, o empresário só pode chegar a um *excedente*, se “diminuir” a remuneração de um dos fatores, no sentido de remunerá-lo de acôrdo com sua produtividade marginal, quando esta se encontrar aquém da produtividade média. Todavia, com a realização do investimento, em virtude do qual se obtém um acréscimo de produtividade, alcança-se um acréscimo de renda, isto é, obtém-se um “lucro”, sem necessidade de “reduzir” remuneração alguma.

11 — Um exemplo servirá não só para explicar melhor a diferença que se pode estabelecer entre "produção corrente" e "investimentos", como, principalmente, para realçar a conexão dessa diferença ao problema da formação de lucros.

O exemplo servirá, também, de apoio às argumentações que faremos adiante, no Capítulo II, a propósito de uma interessante contribuição do Sr. Celso Furtado.

Suponhamos duas fábricas produtoras de determinado bem de consumo. Ambas vendem o produto num mesmo grande centro consumidor.

Uma das fábricas, que denominaremos de X, com sede no próprio centro de consumo, dispõe de amplos e eficiente equipamentos. Produz com um número relativamente diminuto de operários.

A outra fábrica, que denominaremos de Y, está sediada no interior. Seus equipamentos são poucos e antiquados; o número de operários é relativamente considerável.

Comparemos os dois empreendimentos.

Na empresa X os investimentos são substanciais. Por isso mesmo, a quantidade de produtos por unidade de tempo é grande. Se dividirmos os encargos correspondentes aos investimentos — depreciações e outras despesas correlatas — pela quantidade produzida, teremos uma despesa relativamente módica por unidade produzida. (Custo fixo médio diminuto por força da grande quantidade produzida.)

Na empresa Y a despesa de investimento, por unidade produzida, é talvez, equivalente à da empresa X. Mas aqui o motivo é outro. É igual o custo fixo médio porque a soma global de investimentos é insignificante. Em outras palavras, a despesa por unidade produzida não se *torna diminuta*, como no caso de X, em função da amplitude do divisor, mas equivale à despesa de X por força da insignificância do próprio dividendo.

Na empresa X, o custo relativo aos equipamentos e instalações é, digamos, apenas de Cr\$ 5,00 por unidade, porque o vulto das despesas fixas se divide pela grande quantidade de unidades produzidas; mas na empresa Y, conquanto o montante dos investimentos seja pequeno, a despesa por unidade atinge a Cr\$ 5,00, porque é muito diminuta a quantidade produzida.

Se, para facilitar a exposição do exemplo, considerarmos que a despesa de matérias-primas, energia e transporte, por unidade produzida, é a mesma nos dois casos, digamos, de Cr\$ 2,00, por unidade, segue-se que haverá uma margem de Cr\$ 3,00 para

atender aos lucros e aos salários, na hipótese de ser de Cr\$ 10,00 o preço de venda do produto.

Ora, na empresa X, a quantia de Cr\$ 3,00 é multiplicada por um número considerável de unidades, ao passo que na empresa Y essa quantia de Cr\$ 3,00 é multiplicável por um número diminuto de unidades. Da comparação é fácil compreender que na empresa X é elevada a receita líquida, e reduzido o número de operários; na empresa Y é pequena a receita líquida e elevado o número de operários.

Conseqüentemente, na empresa X, ainda que parte considerável da receita líquida seja destinada a lucros, quer pela necessidade de reinvestimentos, quer para atender a grande número de acionistas, a soma atribuível a salários é capaz de oferecer uma taxa de remuneração do trabalho muito superior à que prevalece no mercado do centro consumidor. Na empresa Y, ao contrário, sendo pequena a receita líquida e elevado o número de operários, o lucro só será possível se forem pagos salários inferiores aos que vigoram no mercado consumidor.

O lucro da empresa X advém do acréscimo de capacidade produtora, resultante de um investimento. Não se fundamenta no pagamento de salários baixos, que é a hipótese da empresa Y. Esta produz segundo a produção corrente, em nível de técnica rudimentar. Neste caso, o lucro só pode ser alcançado mediante a diferenciação no pagamento do fator trabalho.

Em resumo: No caso da empresa X há possibilidade de pagamento de salários mais elevados do que aqueles que vigoram no mercado de consumo; no caso da empresa Y, pela ausência de investimentos adequados, não há possibilidade de pagamento de salários equivalentes aos do mercado de consumo e o lucro decorre do fato da empresa se achar sediada em setor onde os salários são em níveis inferiores aos do mercado de consumo.

O exemplo procura focalizar o contraste *das possibilidades* de remuneração dos fatores, em face do contraste da realização da produção. Num caso, a produção se apresenta sem modificação; noutro, a produção se fundamenta num investimento que altera a produtividade do trabalho.

Completando o exemplo, vamos supor, que na empresa X a produção é realizada com 200 operários e na empresa Y com 600 operários. Na hipótese de ser possível aumentar a produção na empresa X, fazendo crescer o número de operários e se todos os 800 operários forem trabalhar nessa empresa, a produção

aumentará, mas à custa de uma produtividade *decrecente* do trabalho.

É fácil concluir, pois, que a generalização do aumento de salários não repousa tão-somente no aumento de produção, mas, precìpuaente, no processo de realização dêsse aumento. Se os 800 operários fôssem empregados em quatro fábricas iguais à fábrica X, teríamos, então, um aumento de produção, com *acréscimo de produtividade do trabalho*.

Fundamentalmente, o que se verifica no exemplo é que na empresa X há uma proporção adequada dos fatores trabalho e capital segundo a evolução da técnica, enquanto na empresa Y, por falta de investimentos, há um excesso de emprêgo do trabalho relativamente ao capital.

É claro que essa disparidade tende a desaparecer com a evolução econômica. Todavia, se o ritmo de crescimento da população fôr maior do que as possibilidades de aumento do capital, tais disparidades podem se agravar.

## II

### g) A escolha na política econômica

12 — Nesta altura, cabe a seguinte indagação: são os estudos sôbre o valor apenas úteis à compreensão e coordenação das matérias das demais Cadeiras do curso de Economia, ou são de aplicação imediata aos fenômenos da vida econômica? Responderei que o estudo do valor constitui o alicerce das Cadeiras que têm ligação mais direta com os problemas da vida econômica, como sejam as matérias que dizem respeito com a Repartição da Renda Nacional, Moeda e Crédito, Finanças, etc. Não obstante, essa contribuição de ordem indireta à explicação dos fenômenos, algumas idéias concernentes à avaliação dos bens se acham tão ligadas à atividade econômica, que há uma relação direta da doutrina com a prática.

O número de pessoas que se dedica à análise econômica, em suas diferentes especializações, não pode deixar de ser reduzido, como diminuto é o número daqueles que se comprazem em passar seus dias nos laboratórios de física e de química. Sendo, porém, a economia parte importante da vida social, os indivíduos que através de suas profissões exercem maior influência sôbre a produção ou sôbre o consumo não podem deixar de possuir um mínimo de discernimento econômico. E, dentro dêsse mínimo, pelo

alcance de sua generalização, está a compreensão de que os problemas econômicos exigem uma “opção” e que “ambos não é uma resposta adequada a uma alternativa”.

Se não são muitos os casos de indecisão prolongada, comparável à do asno de Buridan, é de enorme frequência o erro da prática de ações simultâneas, em face de uma situação nitidamente alternativa.

13 — Num país em expansão, como o nosso, em que é grande o anseio de progresso, que, como se sabe, requer investimentos amplos e intensos, não menos acentuado, também, é o desejo de imediata melhoria do padrão de vida da população. Dessa dupla tendência surge um conflito de objetivos, no que concerne à aplicação do acréscimo de renda e, porisso, o problema da opção se faz sentir com agudeza. Ou se procura ampliar os limites da escolha, adotando-se novas possibilidades de opção, ou se enfrenta o dilema. Se se reconhece que a expansão dos investimentos exige a utilização de parte apreciável do acréscimo da renda, não há lugar para o aumento de consumo. Se, ao contrário, se opta pelo consumo, então dever-se-á renunciar aos investimentos. Ignorar o problema, tentando aumentar simultaneamente os investimentos e o consumo, sem apelos para outras fontes de recursos, como sejam os recursos provenientes do estrangeiro, que, por sua vez, exigem outras tantas posições alternativas, é fugir ao problema, e, portanto, contribuir para agravá-lo.

#### **h) A substituição na política econômica**

No parágrafo anterior, tentamos assinalar que a falta de compreensão da existência de posições alternativas leva as autoridades e os homens de negócio a desencadearem um estado inflacionário. Quando se fazem sentir as forças da inflação, o mercado deixa de ser um elemento satisfatório de orientação. Quebram-se, na especulação dos preços e na desconfiança da moeda, os vínculos de harmonia entre o interesse social e o interesse individual. Todo um novo sistema de opções de investimentos se impõe. No livro “Contribuições à Análise do Desenvolvimento Econômico” há um capítulo que examina esse problema. (5)

---

(5) Livro contendo uma coletânea de ensaios em honra ao professor Eugênio Gudín. Ver “Reexame dos Conceitos de Produto Social e Economia Externa”, de Otávio Bulhões.



Normalmente, o critério da escolha dos investimentos se fundamenta na variação dos preços relativos. Essa variação permite não só balancear a aplicação de recursos como, também, possibilita desenvolver a substituição dos produtos. Tão importante quanto os investimentos de base são os investimentos que se prendem à produção de artigos dotados de elevada capacidade de substituição. É a introdução desses artigos no mercado que dá margem ao aceleração do progresso, depois de asseguradas as primeiras facilidades oferecidas à coletividade pelos investimentos de infra-estrutura.

Como é do conhecimento de todos aqueles que se dedicam ao estudo da economia, Hicks, prosseguindo os estudos de Pareto, deu particular ênfase ao fenômeno da substituição. A fim de caracterizar a concorrência ou a complementariedade dos produtos, Hicks julgou acertado fazer intervir a relatividade do poder de compra da moeda na análise da substituição. A interferência do elemento monetário dá maior consistência lógica à definição de substituição, e, principalmente, oferece a possibilidade de verificar-se a enorme amplitude que se pode imprimir à atividade econômica, partindo-se de uma simples substituição entre dois produtos.

Se considerarmos dois artigos e examinarmos sua substituição *amonetariamente*, isto é, sem fazer referência à modificação do poder de compra da moeda, nossa atenção não será despertada para a importância da substituição como fonte de aceleração do progresso. Todavia, se levarmos em conta a *melhoria do poder de compra* que advém da baixa de preço de um produto dotado de elevada capacidade de substituir outros produtos, tornar-se-á mais evidente o grau de aceleração do progresso de uma economia com base nas substituições.

A possibilidade de substituição é extraordinária. Ao fabricar-se uma cadeira comum, destinada às escolas, por exemplo, poder-se-á fazê-la toda de madeira, parte de madeira e parte de aço, madeira e couro, e assim por diante. O preço da matéria-prima é, no caso, decisivo na elaboração do produto. E, do mesmo modo, se verifica com centenas de outras pequenas produções, que, somadas umas às outras, dão à renda nacional um contingente importante, muito embora, individualmente, sejam de grande vulto as importâncias concernentes às indústrias básicas.

No propósito de tornar mais precisa a idéia, imaginemos que uma dessas pequenas indústrias, cuja produção seja realizada numa empresa X, utilize as matérias-primas *a*, *b*, *c* e *d*. Sendo *d*

a matéria-prima relativamente mais cara, sua utilização é diminuída, não passando, digamos, de 5% do valor do produto.

Suponhamos, ainda, que o uso do fator  $d$  corresponda a 200 unidades, ao preço de Cr\$ 100,00 e que os produtores da matéria-prima  $d$  consigam alcançar um extraordinário nível de eficiência e passem a oferecê-la ao preço de Cr\$ 25,00. Neste caso, a empresa X, na compra de 200 unidades, em vez de dispendir Cr\$ 20.000,00 passará a gastar Cr\$ 5.000,00, obtendo uma vantagem de Cr\$ 15.000,00. Até aí nada de extraordinário. É como se a empresa tivesse alcançado um acréscimo de receita de ..... Cr\$ 15.000,00, devido ao aumento de preço de venda de seu produto. E no caso de acréscimo de receita, a empresa poderia imprimir pequeno aumento de produção, destinando, para isso, o acréscimo de Cr\$ 15.000,00 na compra de maior quantidade de matérias-primas  $a$ ,  $b$ ,  $c$  e  $d$ . Mas a equivalência entre o efeito-renda, advindo da baixa de preço do fator  $d$ , e o acréscimo de receita, originado do aumento do preço de venda do produto, desaparece quando a empresa adquire  $d$  a preço mais baixo. Nesse caso (dependendo do grau de substituíbilidade do fator  $d$  em relação aos demais  $a$ ,  $b$  e  $c$ ), a vantagem da empresa poderá ser consideravelmente maior. E isso porque com o aumento do poder de compra da moeda em relação ao fator  $d$  (baixa de preço), há vantagem em transferir despesas de  $a$ ,  $b$  e  $c$ , em favor do fator  $d$ . A cada uma dessas transferências a empresa lucra com o aumento do poder de compra da moeda em relação a  $d$ .

Note-se que a referida transferência não precisa ser feita em termos da presente escala de produção. Com base na vantagem decorrente da baixa de preço do fator  $d$  e de sua capacidade de substituir os demais fatores, a empresa pode aumentar sua produção, barateando, por seu turno, o produto que oferece ao mercado. Agora, o fator  $d$  é utilizado em proporção maior. Em vez de percentagem de 5%, esta pode ser aumentada, digamos, para 20% ou 30%. Com isso, ocorre uma intensificação do uso do fator  $d$ , não significando, todavia, que haja redução absoluta na utilização dos demais fatores. Ao contrário, é bem provável que sejam adquiridos em maior quantidade, com a expansão da produção.

14 — Em face das ponderações feitas no parágrafo anterior, podemos levantar dúvidas ao acerto daqueles que julgam exequível um programa de investimentos com base em estimativas da propensão marginal a consumir. De uma maneira geral, as planificações totais dão grande ênfase à elasticidade-renda, ou seja, ao

aumento de consumo, em função do acréscimo da renda. Entretanto, os planificadores ao desprezarem a variação dos preços relativos, deixam de lado um importantíssimo elemento de propulsão econômica.

É, também, em face dessas considerações, que se pode pôr em dúvida a eficácia de uma política monetária que se fundamenta exclusivamente no nível geral dos preços. Algumas modificações na relatividade dos preços são indícios de grande significação para a política monetária. O poder da moeda não se altera tão-somente em face do conjunto dos preços. Cada variação de preço tem sua influência sobre o valor da moeda. É claro que as variações, de per si, são insignificantes, na maioria dos casos. Todavia, se variam os preços de certo número de produtos, de elevado grau de substituíbilidade ou de forte complementariedade, cumpre se faça a verificação individual desses fenômenos. Se se aguardar a variação global do nível de preços, quando esta ocorrer, o que poderia ter sido impedido ou favorecido só pode, agora, ser remediado.

### **i) Os lucros e salários na política econômica**

15 — Dificilmente, havemos de admitir o pleno emprêgo de todos os fatores de produção. É bem provável que haja certa falta de complementariedade entre alguns ramos de produção: nuns, a capacidade ainda não é alcançada em condições econômicas, enquanto, noutros, a utilização dos meios produtivos já é exercida antieconomicamente. Esses desequilíbrios, porém, embora repetidos, são transitórios e se tornam graves tão-somente quando se acentuam e se prolongam os distúrbios monetários.

Perguntar-se-á, agora: caso haja estabilidade monetária, estará assegurada a relativa complementariedade dos fatores de produção?

Já afirmamos, com base na experiência verificada em vários países, inclusive no nosso, que o balanceamento do emprêgo dos fatores, entre os diferentes ramos da produção, é alcançável numa economia em que prevaleça um regime de estabilidade monetária. Essa afirmação não implica, todavia, em dizer que a estabilidade monetária esteja em condições de abranger todos os casos de complementariedade. Há, na realização dessa complementariedade, notadamente entre os fatores "capital" e "trabalho", influências sociais que escapam ao campo estrito da análise econômica.

16 — O reconhecimento de variáveis “não econômicas”, que devam ser integradas na análise econômica ainda não está devidamente explorado.

Sem dúvida, é muito antiga a idéia de pesquisar-se todo o conjunto da vida social, para melhor conhecer-se a vida econômica. Não é de admirar-se que a Alemanha, onde surgiu o movimento do direito com base na evolução histórica, também, tenha sido o berço da Escola Histórica, como fonte das doutrinas econômicas. Mas quem tiver tido a paciência de ler os minuciosos trabalhos de Roscher, sobre a Economia Industrial, não encontrará uma ligação adequada entre o que aí se descreve e o instrumental de análise econômica.

Os socialistas insistem em enxergar uma falta de “humanismo” na análise econômica dos clássicos e julgam poder exprimir uma consciência “sócio-econômica” através da interpretação histórica da evolução humana. Entretanto, quando chegam a uma conclusão, é por intermédio da escolha de determinados atos lógicos da conduta humana e outro não poderia ser o resultado, pois, na verdade, como diz Robertson (6), a economia é uma parte do estudo da conduta dos homens e, certamente, para generalizar os atos observados, é preciso que eles tenham uma certa lógica. Por outro lado, economistas como Pareto, que no seu “Curso” e, principalmente, no “Manual” revelou-se um analista de tanta acuidade, não chegou a indicar as variáveis “não-econômicas” necessárias à análise econômica, não obstante ter dedicado o resto de seus dias ao estudo da sociologia. Antes de falecer, publicou o *Traité de Sociologie Générale*, em dois alentados volumes. Não nos legou, porém, o uso que poderíamos fazer da análise econômica dos “resíduos”, que tão engenhosamente classificou. Entretanto, é interessante ressaltar, alguns desses resíduos correspondem à figura do empreendedor de Schumpeter.

Pareto classifica como resíduo de primeira classe aqueles sentimentos possuídos pelos indivíduos que têm gosto pelas artes e pela ciência. Especulam, quer no campo puramente intelectual, quer na vida dos negócios. São indivíduos pouco apegados às tradições e menos ligados à disciplina. As grandes combinações os empolgam e é esse espírito de combinação que contribui para o desenvolvimento intelectual e econômico. Estão classificados nos

---

(6) “Wage-Grumbles”, em *Readings in the Theory of Income Distribution*. Um exemplo típico de uma conclusão de Marx idêntica às “propensões” a que se referem os “economistas burgueses” é o da “propensão à acumulação” que ele atribui aos capitalistas.

resíduos de segunda classe aquêles sentimentos possuídos pelos indivíduos apegados às tradições e à religião. Prevaecem para êles, as coisas já combinadas. (7)

Outros autores como Thorstein Veblen, nos Estados Unidos, que deram ênfase ao “institucionalismo” como fonte de estudo da economia, oferecem a mesma ordem de observações. Veblen, no *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, fêz observações que muito se assemelham às de Pareto. E para não citar muitos outros, basta fazer referência à Tocqueville, que no seu conhecido livro sôbre a democracia na América, como que antecipou a necessidade da concomitância dos dois resíduos referidos por Pareto. A segurança do progresso de um país impõe a associação dessas duas forças divergentes.

Todavia, quem melhor trouxe para a análise econômica os efeitos do “resíduo de primeira classe” a que se referiu Pareto, foi, sem dúvida, Schumpeter. No seu trabalho é possível relacionar-se o espírito de empreendimento com a análise econômica.

17 — Outro elemento exógeno que intervém na análise econômica é o do crescimento da população, cuja influência se faz sentir na oferta do trabalho. Essa variável exógena é que foi bem explorada por Karl Marx.

De acôrdo com o grau de suprimento de mão-de-obra, proveniente da taxa de aumento da população, será observável uma desproporção, maior ou menor, entre a existência de equipamentos e instalações (capital e a disponibilidade de operários (trabalho).

Se a população crescer rapidamente, haverá uma tendência de oferta de trabalho relativamente maior do que a de suprimento de capital.

Tendo em vista o suprimento amplo do trabalho, o Sr. Celso Furtado, em estudo recente, publicado no mencionado livro *Contribuições à Análise do Desenvolvimento Econômico*, levanta a tese de que nos países subdesenvolvidos o salário se mantém em nível inferior ao da produtividade marginal do trabalho.

O Sr. Celso Furtado julga aplicável o princípio da produtividade marginal do trabalho nos países desenvolvidos, enquanto nos países subdesenvolvidos prevalece o princípio do “mínimo de subsistência”. A nosso ver a distinção não procede. Todavia, válido ou não, o interesse da observação do Sr. Furtado reside no fato

---

(7) Ver, principalmente, §§ 957, 889, 1 001 e 1 015 e as observações históricas nos §§ 2 221 e 2 462.

dê assinalar a existência de um nível corrente de salário aquém daquele que poderia ser pago, em face da *melhoria de produtividade do trabalho em determinados empreendimentos*.

Trata-se de problema que já foi esboçado no capítulo anterior e será examinado, agora, com maiores minúcias. Para tornar mais precisa a argumentação insistiremos no exame da produtividade do trabalho, assunto bem focalizado pelo professor Eugênio Gudín (8), quando diz:

“Em princípio, o estudo das produtividades abrange todos e cada um dos fatores de produção. E o interesse de cada um desses fatores é tanto maior quanto mais escasso ele é... Não obstante a necessidade de tomar em consideração os índices de produtividade de outros fatores, é a quantidade de produto por unidade de trabalho que constitui o índice fundamental da produtividade... Intervém aí a questão do salário. Para que o salário se eleve, é preciso que haja escassez de mão-de-obra, em relação aos demais fatores. É essa escassez que dá lugar à alta produtividade marginal da unidade de mão-de-obra.”

A citação é importante porque o autor assinala a influência do suprimento desproporcionado do fator trabalho em relação aos demais fatores de produção. Geralmente dizemos que a produtividade marginal determina o salário. Essa expressão que é válida como limite, tem sido a causa de muitas discussões, precisamente porque o salário é determinado por uma concorrência de variáveis verificadas no mercado entre a oferta e a procura do trabalho. A produtividade marginal do trabalho assinala o máximo de salário que pode ser pago (9). Numa empresa em que a produtividade de trabalho é grande, há *possibilidade* de pagamento de altos salários. Se, entretanto, houver uma grande disponibilidade de trabalho e fôr livre o jogo da oferta e da procura, não obstante essa produtividade, o salário será o do mercado. Por outro lado,

---

(8) *Revista Brasileira de Economia*.

(9) “The second class of objection is based on the misapprehension that the orthodox theory asserts that wages are **determined** by marginal productivity... It has always been emphasized that to the individual employer it is the wage-rate that is normally the fixed thing, and the number employed that is the variable, just as to the purchaser of tea it is the price which is the given thing, and the number of pounds to be bought which lies within his discretion. (“Wage-Grumbles”, de D. H. Robertson, livro citado.)

se fôr restrita a oferta do trabalho ou se a taxa de salário fôr imposta por pressão dos sindicatos ou por determinação legal, o salário será alto, mas só poderá ser pago se de fato fôr elevada a produtividade marginal do trabalho.

Creio que o exemplo do parágrafo 10 deixa bem esclarecido o problema do salário relacionado com a produtividade do trabalho e, por aí, se verifica que o Sr. Celso Furtado poderia ter simplificado muito a apresentação de sua tese. Em vez de dizer que a produtividade determina o salário, êle teria esclarecido melhor o problema, que êle tão bem focalizou, se tivesse dito que o limite da remuneração do salário está na produtividade do trabalho. Assim, o salário pago na agricultura é baixo não porque, como diz o Sr. Celso Furtado, no Brasil o "mínimo de subsistência" seja o regulador do salário, mas porque sendo baixa a produtividade do trabalho, sua remuneração não pode ir além dos limites de um "mínimo de subsistência".

Pelo fato de surgirem, ao lado dessa produção rudimentar, empreendimentos capazes de oferecer ao trabalho uma produtividade maior, também não é de concluir-se que o salário deva ser aumentado *diretamente*, de acôrdo com o acréscimo de produtividade. Basta que o produto em questão sofra forte concorrência, para que êle fôsse vendido a preço reduzido: o trabalho deixaria de auferir *diretamente* as vantagens do acréscimo de produtividade; deixariam igualmente de auferir lucro os detentores de capital. A vantagem da melhoria da produtividade recairia integralmente sôbre o consumo. Nenhum dos fatores lucraria separadamente; todos, porém, como consumidores, obteriam vantagens com o barateamento do produto. Esse, em essência, o raciocínio de Ricardo, que admite a elevação real do salário de "subsistência", com o progresso econômico (a expansão com a moeda neutra, de Hayek). Podemos, pois, considerar destituída de importância a distinção feita pelo Sr. Celso Furtado, entre "mínimo de subsistência" e "produtividade marginal do trabalho". Resta, porém, a diferença por êle estabelecida e que, a nosso ver, é de grande importância, entre o salário corrente e o acréscimo de produtividade do trabalho, verificado em empreendimentos de maior eficiência.

Conforme já tivemos oportunidade de acentuar, a elasticidade do suprimento do fator trabalho não explica por si só uma remuneração nominal baixa de salários. Outros elementos devem ser incluídos na análise para chegar-se a essa explicação. Em caso de livre concorrência e de "moeda neutra", muito embora uma

empresa eficiente pague aos operários apenas o salário corrente, ainda assim é bem provável que toda a vantagem originada do aumento de produtividade do trabalho seja transferida ao consumidor. A totalidade do "lucro" da eficiência é destinada aos consumidores, mediante substancial redução de preço do produto.

A redução de preços, se generalizada, pode determinar sérios fenômenos de redistribuição da renda nacional, que acarretam uma depressão econômica. Por esse motivo, as autoridades preferem aumentar os meios de pagamento, em função do acréscimo de quantidade de bens e serviços. Mas, em complemento a essa política monetária, é evidente a necessidade de forçar-se a elevação dos salários porque, do contrário, poder-se-ia incorrer no risco de uma oferta de mercadorias, sem a possibilidade de aquisição das mesmas, em nível de preços constantes. Além disso, com o objetivo de preservar os novos empreendimentos contra uma concorrência de empresas só estabelecidas no estrangeiro, é comum a adoção de uma política de restrição de concorrência internacional através de barreiras alfandegárias e, graças a essa intervenção, as empresas nacionais adquirem certo grau monopolístico; por isso mesmo, deixam de transferir para os consumidores o lucro oriundo do aumento de produtividade do trabalho.

Ora, se as empresas podem contar com certa liberalidade quanto aos meios de pagamento e certa limitação quanto aos suprimentos da mercadoria que produzem e se, por outro lado, há uma oferta de mão-de-obra, alimentada por uma taxa elevada de aumento de população, as empresas eficientes ficam em relativa posição monopsônica, no que concerne à procura de trabalho. Se não fossem eficientemente aparelhadas, as empresas procurariam o trabalho com maior intensidade. (10) Trata-se, pois, de uma procura em desproporção com a oferta de trabalho. Tal circunstância, repetimos, não teria maiores consequências, se, na venda, a vantagem advinda de pagamentos de salários inferiores à produtividade do trabalho fosse diluída na baixa do preço do produto. Desde, porém, que o Estado impede essa baixa, claro está que deve impedir os efeitos da posição monopsônica da empresa, no ato de contratar os salários. Daí a intervenção do Estado na fixação do salário mínimo a prevalecer nas regiões urbanas.

---

(10) Aqui entra em jogo o aspecto técnico da indivisibilidade do fator capital. Nem sempre se pode dividir o volume das instalações e dos equipamentos, para aproveitar uma maior oferta do fator trabalho.



18 — Salta aos olhos que, no caso brasileiro, impõe-se um sério programa de melhoria de eficiência na produção agropecuária. A baixa produtividade da agricultura brasileira não advém do excesso de população e sim, muito mais acentuadamente, da falta de fertilidade da terra, devido ao deplorável processo de uso do solo e de técnica por demais rudimentar de produção agropecuária. Alcançada a melhoria da técnica de produção agropecuária, com a mesma extensão territorial e o mesmo número de pessoas, conseguir-se-ia apreciável aumento de produtividade do trabalho e, conseqüentemente, seria muito mais rápida a elevação do nível de salários.

Ainda assim persistiria a necessidade de regulamentação dos salários por força da política monetária, aliada à política alfandegária.

Além do salário mínimo, poder-se-ia tentar uma regulamentação mais ampla. Seria o caso de assegurar o aumento de salários com base no acréscimo de lucros das empresas, política há muito adotada pelos sindicatos operários nos países capitalistas.

O erro que se tem cometido entre nós é o de forçar muito alto o salário "mínimo". Desde que o "mínimo" atinja o nível do salário médio, incorre-se no risco de prejudicar as empresas onde o acréscimo de salário significa aumento de custo e não apenas redução de lucros.

Se se conseguisse aumentar o nível de eficiência forçando o aumento do nível de salários, não haveria o que dizer. Ocorre, porém, que muitas empresas deficientes continuariam no mercado, desde que, pela natureza de seus produtos, pudessem vencer o acréscimo de custo por meio do aumento de preço, de venda dos produtos. E outras, mais eficientes, desapareceriam, somente pelo fato de operarem com produtos de procura elástica.

A produtividade do trabalho varia consideravelmente de empresa para empresa e de ramo de produção. Há uma tendência de nivelamento, mas dentro de faixas suficientemente amplas. Até certo limite é possível e desejável uma generalização, como seja a do salário "mínimo". Daí em diante, se se adotar uma regulamentação há de ser de acordo com as condições peculiares de produtividade de cada empresa. É porisso que, conquanto de exequibilidade difícil, o aumento de salários, em função ao acréscimo de lucros de cada empresa é o caminho mais acertado para

alcançar-se um desenvolvimento equilibrado. Bem ou mal, é por êsse caminho que estão evoluindo os povos e porisso mesmo, contrariamente do que se profetizava, acusam as estatísticas, nos países capitalistas, um aumento proporcional entre lucros e salários, no acréscimo da renda dos países.

## *Comments on Value And Price Formation*

### *(THEORETICAL AND PRACTICAL ASPECTS)*

#### *I*

#### **Choice as a Factor in Consumption and Production**

*The pressure of choice can best be gauged by considering a number of pointed queries, all of which are contained within the following: Of all the different production possibilities, what goods are, in fact, produced and to what extent or degree are they consumed?*

*It is evident that Choice necessarily implies evaluation and, consequently, Value must be the vital element in understanding the economic fact, though there are different standards for computing the value of goods. For instance, value can be assessed in relation to the consumption of a single good, assuming that the volume (or quantities) of the remaining goods are constant. Or again, and this would appear to be more logical, the value of a given good may be estimated in the light of the consumption of other goods which either compete with, or are supplementary to the said article. The value of the goods is thus an index of substitution as between greater or smaller quantities, which quantities determine the customer's subjective comparison of the different marginal utilities of the respective quantities substituted.*

*Substitution cannot always be clearly recognized, that is to say, the substitution effect cannot always be precisely determined. To understand the concept fully, it is necessary to extend the scope of the study of either consumption or production and it might even be advisable to go further afield and include a review of both production and consumption, providing the former does not bring up the whole problem of investments. Should this be the case, however, it will be found that choice spans several even more complex aspects that lie beyond the extent of the present analysis. Meanwhile, unless it becomes essential to link up a given branch of production with an investment, or in other words, if one is dealing with a branch of production in which the*

productivity of the factors concerned is constant, such production may be included in the same analysis of consumption.

There is still another hypothesis which should be examined. Under-employment of the factors of production may be assumed, in which case if adequate resources are available, the alternative price would appear to be non-existent, inasmuch as the production of one article does not necessarily imply ceasing production of another; both articles could be produced.

This, however, is impossible. Economic stagnation lowers income levels and the consumer's purchasing power declines. If prior to such stagnation the consumer was in a position to acquire both articles despite their being unmistakably competitive in relation to one another (tea and coffee, for example), subsequently thereto, the purchase of one of these will, of needs, cause the consumer to forego purchase of the other. This will occur even when competition between the articles is very slight (as would be the case between meat and milk). The consumer will buy one or the other but never both, notwithstanding the availability of the factors of production.

### Increasing Production

When the method for the assessment of the value of certain goods involves observation of the fluctuations in their volume of consumption, these fluctuations are studied in terms of those of relative prices or of income levels. Such prices are quoted or, alternatively, the income level is indicated. If the aforesaid method is adopted, no account is taken either of the causes of the movements in price relativity or those of changes in the income level. Yet from the standpoint of the early economists, the principal subject for research consisted precisely in such fluctuations.

Adam Smith and David Ricardo laid special emphasis on the expansion of production, although the former was less concerned than the latter in establishing the theoretical principles of the new science. Indeed, Ricardo's notion of value was a progressive one and he established a relationship between it and the diminishing volume of labour required for manufacturing goods. He likewise stressed the difference between value and wealth, stating that the lower the value of a country's products, that is to say, the lower the sum of units of labour applied in producing those goods, as a result of the technical progress achieved in productive activities, the wealthier that country would become.

*The progressive aspect of the value/labour concept Ricardo set forth has not yet been properly viewed. The Socialist movement, and Marx particularly, based value on labour and examined the distribution of goods in the light of that assumption exclusively, without regard for the problem of estimates in connexion with consumption. In Ricardo's view, since the value of labour is related to economic growth, that value may be taken as coinciding with the value/utility. The higher labour productivity is raised, that is, the greater the volume of the product per unit of labour applied, the greater the supply of that product for the market. As that supply increases, the consumers thereof assign it a lower marginal utility. We thus have a position in which value, from whichever of two angles it is considered, follows a trend that brings it to a point of convergence: the value of labour in the manufacturing process is reduced by rising productivity therein while at the same time the value in terms of marginal utility, is similarly reduced as a result of the higher volume of goods that becomes available.*

#### Distribution of goods and prices of the factors

*When the distribution of National Income, as between the factors of production, is studied, what is really being done is research on the changes in the National Income; this being the case it is important to ascertain in what way that Income is to be redistributed or how the increment thereto is to be distributed between the aforesaid factors of production. One can assume that the National Income remains constant, that is to say, when the economy as a whole is not the object of study, but when only the income of each enterprise, taken individually, is studied and that income accrues from installations which have already been completed and are in operation. In such a case, the relation between the volume of goods produced and the number of factors can and should be expressed monetarily in terms of prices. The remuneration thus can be identified with the price that must be paid for the given factor of production. If this price is equal to or higher than the productivity which that factor can provide for the enterprise, the latter will no longer find it advisable to continue making use of the said factor. The enterprise will either seek a substitute for that factor or if it persists in making use of it, no further profits will accrue. On the other hand, if the price is lower than the productivity with which that factor provides the enterprise,*

*the latter will not discontinue use thereof and will stand to earn a surplus of x.*

### Current production and investments

*If there is no increment to the productivity of the factors of production, then the profits will be used to effect a redistribution of the income earned, to the benefit of certain factors and to the detriment of others. Profits accrue because some entrepreneur holds a privileged position in relation to the remaining factors of production, so much so that providing competition is untrammelled, the total volume of goods should be equivalent to the sum total of remuneration of the factors of production.*

*What is the practical advantage of this differentiation between current production and investment?*

*This distinction is most convenient because in the case of current production, it enables one to observe the supply of goods and services to the market, in connexion with the distribution of the income produced by the factors. In the case of investments, contrarily, there is no connexion between the distribution of income and the supply of goods to the market. During the installation of the investment, so to speak, income is distributed in the form of remuneration for the factors of production but there is no output to place on the market while that installation has not been completed. Moreover, once the investment has been completed, it will contribute together with other factors, to the processing of a new source of supply of a given product. The returns from this product thus bear no relation to the amount paid for the factors utilized in installing the investment; that is, the remuneration of the factors of production has no connexion with the value of the investment, since this value will only become patent when the installed investment is actively participating in the new productive system and at that time the factors of production required to set up the project will no longer be in use.*

*What is the source of the funds which remunerate the factors of production required to install the investment. Obviously, such funds are obtained from savings.*

*... Whereas in current production, the remuneration of the factors of production is closely tied up with the marketing of the product, that is with its consumption, in the case of investment the remuneration of those factors depends on the sums of money not devoted to consumption, or in other words, on the total amount of savings.*

## Savings, Investments and Productivity

*The total sum of money saved and used for investment purposes may be said to correspond to the utilization of the factors required for current production. Providing current production is deemed to be that which places goods and services on the market, including those for the re-equipment of the installations and the equipment of enterprises, it may be regarded as turning out consumer goods, in contrast with that designed to supply investment needs. Under the circumstances, and in accordance with the general definition given above, savings constitute that portion of income not applied to consumption.*

*The fact that such portions of income are not utilized for consumption purposes does not necessarily imply that there will be a decline of consumption. What it does generally mean is that the rate of consumption does not rise, but in either case, factors of production are freed for other purposes. In the first instance, the factors are freed and become available for investment as a result of the reduced volume of consumption the investment being effected by means of a cut in consumption. In the latter instance, the factors remain free since they are not applied to consumption; they were available and remain so. If the factors are not utilized and savings not applied to the utilization of such factors, the National Income will decline and it is quite likely that persons who were able to save in the past will not be able to do so in the future, despite the availability of factors of production.*

*The profits accruing from the increment to the productivity of the factors used for current production create the distribution problem to which the classic economists refer. One can readily understand their concern in the matter inasmuch as economic growth depends greatly on the way in which income is distributed. If the economy's growth is not to be stunted, it is essential that a portion of the increased profits be re-invested and that another portion be distributed in order to ensure the growth of consumption. More clearly, this means that both from the economic and from the institutional standpoint, profits must be distributed between the inevestors (holders of the investment), namely the owners of the capital, on the one hand, and on the other, the wage-earners, by means of wage increases, and the consumers, by means of a reduction in the sale price of the article.*

## II

## Choice and the Economic Policy

*When a country such as ours finds itself with its people striving eagerly toward progress, substantial and intensive investments are vital, and as pressing as that people's desire for immediate improvement of living standards. This two-fold need gives rise to a conflict of objectives with respect to the utilization of the increment to income, making the task of deciding a difficult one. Or an attempt is made to extend the scope of choice by offering new prospects from among which to decide or else nothing remains but to face the dilemma. If it is believed that the expansion of investments calls for the use of a substantial proportion of the increment to income, then nothing will be done in connexion with increasing consumption. If, on the other hand, consumption is favoured, then it becomes necessary to give up investment plans. To ignore the problem and to seek simultaneously the expansion of investments and consumption, without recourse to other sources, such as foreign aid, in turn demanding other alternative policies, is in fact tantamount to turning one's back on the difficulty and thereby adding to it.*

## Substitution and Economic Policy

*The criterion for the choice of investments is based on the fluctuation of relative prices, thus facilitating the comparison of the different projects for the utilization of the resources and also the development of a substitution process for different products. It should be remembered that investment connected with the production of goods with a high index of substitution are equally as important as basic investments. The introduction of such goods on the market hastens progress once the community has been provided with its basic needs through investments in the infra-structure.*

*Following in the wake of Pareto's studies, Hicks laid special stress on the phenomenon of substitution. It was Hicks' opinion that to determine whether goods were competitive with or complementary to one another, it was important to consider the relativity of the currency's purchasing power in the analysis of substitution. The pressure of the monetary factor makes the definition more logical and, what is more, provides an opportunity*



for observing the vast field over which the repercussions of economic activity can be spread, starting with the mere substitution of one product for another.

If we take two products and consider their substitution other than from a monetary standpoint that is, not bearing in mind any alteration in the currency's purchasing power, we are hardly likely to be aware of the importance of substitution as a means of accelerating progress. However, if we do take into account the increase in purchasing power arising from the lowering of the price of a product that can readily substitute others, the increased rate of growth of an economy based on the substitution process will become more obvious.

Broadly speaking, over-all economic planning places sharp emphasis on income-elasticity, that is, on the expansion of consumption in terms of the increment to income. However, in giving little heed to the fluctuations of relative prices, the planners overlook a highly important factor for economic progress.

Bearing in mind the foregoing, one may well doubt the worth of a monetary policy based solely on the general price level. Some of the changes in the relativity of prices are of great importance in formulating a monetary policy. Moreover, the purchasing power of any given currency does not only oscillate in reaction to prices as a whole. Each price fluctuation exerts its specific influence on the relative position of that currency. For the most part, such fluctuations are in themselves of little importance, but should there be any variation in the prices of a number of products with a high substitution or complementarity index, then the individual phenomena should be examined carefully. If nothing is done before an over-all fluctuation shows in the general price level, what could have been prevented or stimulated can now only be patched.

### Profits and Wages and the Economic Policy

We would be hard put to claim full employment of all the factors of production. It is quite probable that certain branches of production do not complement one another adequately; in some, full capacity under economic conditions has not yet been attained; in others, excessive and uneconomic use of the factors of production is made. Such disequilibrium, although often repeated, is transitory and only becomes dangerous when monetary crises become sharper and last for some time.

And now one may ask, "If monetary stability prevails, is there any assurance that a relative degree of complementarity would be achieved as between the factors of production?"

Basing our statement on the experience of several countries, including our own, we hold that the equibalanced employment of the factors as between the different branches of production can be maintained in an economy wherein monetary stability exists. This does not imply, however, that monetary stability alone can ensure the solution for all the cases of complementarity. The achievement of full complementarity, particularly as between the two factors capital and labour, is subject to certain social influences, the discussion of which lies beyond the narrow field of economic research.

The discovery and recognition of non-economic variables that should be included in economic analysis has not yet been sufficiently developed.

The view that fuller knowledge of economic life can only be obtained by detailed research into social life as a whole is by no means a new theory. Nor is it surprising that Germany, birth-place of the movement led by those who sustained that the basis of Law was in historical development, should also have cradled the Historical School, deemed to be the source of all economic doctrine. Yet those who are patient enough to plod through the detailed works of Roscher, writing on *Industrial Economy*, will nevertheless fail to find any link between what is described in those works and the instruments available for economic analysis.

The Socialists claim that the economic analysis of the classic economists lacks humanism and that they can express a socio-economic consciousness with an historical interpretation of human evolution. Notwithstanding, when they do reach a conclusion it is reached by choice of certain logical acts in human behaviour. Nor could the result be any different. As Robertson says, economics is but one part of the study of human behaviour and naturally, if the acts observed are to be noted as frequent, such acts must be fairly logical. There are economists such as Pareto who, in his *Course* and principally in his *Manual*, proved himself to be a very discerning analyst, yet was unable to suggest the non-economic variables essential to economic analysis although he spent the rest of his life studying sociology. Before his death, Pareto published a *Traité de Sociologie Générale*, in two thick volumes, but failed to indicate therein what use could be made in economic analysis of the residuals which he so

*ingeniously classified. It is of interest perhaps to add that some of these residuals correspond to Schumpeter's entrepreneurs.*

*Other writers, among them Thorstein Veblen in the United States, make the same kind of comments and stress institutionalism as a source of economic studies. In his book Imperial Germany and the Industrial Revolution Veblen follows closely in the line of thought set by Pareto. To mention just one more, namely Tocqueville, will suffice; reference is made to his wellknown book on Democracy in America, in which he seems to have foreseen the need for concomittancy of the two residuals described by Pareto. The security of a country's growth and progress demands the combination of these two opposing forces.*

*It was undoubtedly Schumpeter who was most successful in making the effects of Pareto's "first class residual" felt in economic analysis. Throughout most of his work, the spirit of enterprise can be related to economic analysis.*

*The growth of the population is still another exogenous factor, the influence of which can readily be perceived in connexion with economic analysis. Its pressure bears chiefly on the labour supply and it will be recalled that Karl Marx made much use of this variable in his works.*

*A greater or lesser degree of disequilibrium will prevail between the stocks of equipment and installations (capital) and the availability of workers (labour), in a measure with the labour supply provided by the increment to the growth of the population. If the population increases rapidly, the tendency will be toward a relatively more abundant labour supply than that of capital.*

*The fact that, side by side with more primitive production methods, we find enterprises that are in a position to provide labour with facilities for raising its productivity substantially, does not imply that wage levels should be raised in direct proportion with the increment to productivity. If the product were to meet with any sharp competition, its price would be lowered and labour would no longer be paid wages in direct proportion with the increment in productivity. Moreover, the advantages accruing from the higher productivity level would flow directly to consumption. None of the factors would derive any individual benefit but all, including the consumers, would gain by the reduction effected in the price of the aforesaid product. This is, in brief, Ricardo's view, which foresees a real increase in subsistence wages, as the economy develops. (It also corresponds to Hayek's expansion with*

neutral currency.) We may therefore assume that there is no use in making the differentiation, proposed by Mr. Celso Furtado, between the "subsistence minimum" and "the marginal productivity of labour". There is another difference which he describes and which, in our opinion, is of considerable importance, namely that between current wages and the increment to labour productivity as observed in the more efficient enterprises.

If price reductions become the rule in the economy, the repercussions thereof on the re-distribution of the National Income may be very serious and lead eventually to a depression. Consequently, the authorities generally prefer to increase the means of payment in a measure with the increment to the volume of goods and services. To supplement this type of monetary policy, however, it is obviously necessary to force the wage level upward; otherwise, there would be the risk of creating a supply of goods for the purchase of which, at constant prices, no resources are available. To protect any new enterprise from competition by others previously established abroad, customs barriers are frequently raised as policy to limit international competition. By this means the domestic enterprise is able to attain a position involving a certain number of monopolistic features and for this very reason, the domestic enterprise does not pass on to the consumer the profits accruing from higher labour productivity.

In Brazil, there is an unquestionable case for a programme to raise agricultural productivity levels. The ineffectiveness of the country's farming activities does not spring from over-population but from the marked lack of fertile soil, caused by atrocious soil utilization methods and excessively primitive agricultural systems. If adequate agricultural techniques could be implanted, labour productivity in this sector would rise substantially and as a result, agricultural and other wages could be raised more rapidly.

The mistake that has been made here is that of raising the minimum wage too high, that is, of forcing it up to an unrealistic level. Once this minimum wage is as high as the average wage level, there is the risk of its proving detrimental to any enterprise in which any increment to the wages not only diminishes profits but also raises costs.

If the level of productivity could be raised by forcing up wage levels, there would be no point in commenting thereon. But it is quite likely that many an inefficient enterprise would remain on the market, providing that the nature of its output is such that the enterprise could cover the higher costs by raising the

*selling price of its goods. On the other hand, other more productive enterprises would close down merely because demand for the goods they produce is overly elastic.*

*Labour productivity varies remarkably from enterprise to enterprise and from one branch of production to another. There is a tendency to levelling off but within a fairly wide margin. Up to a certain point, a generalization such as the minimum wage may be both feasible and even desirable. Beyond that point, however, any rule that is to be widely enforced should take into account the particular productivity features of each enterprise.*

*Hence, although somewhat impracticable, the surest means of attaining balanced and orderly economic growth consists in raising the wage level in terms of each enterprise's increment to profits. For better or for worse, this is the pattern by which nations are developing and therefore, contradicting all that had been foreseen, the statistics compiled by capitalist countries, with respect to the increase of their respective National Incomes, show that profits and wage levels have risen proportionally to one another.*

*Quelques Considerations Sur Le Theme :  
"Valeur Et Formation Des Prix"*

*(ASPECTS THÉORIQUES ET PRATIQUES)*

I

a) Le choix dans la consommation et dans la production.

*L'impératif du choix est mis en évidence dans une série de réflexions intuitives pouvant être résumées par la question suivante: parmi les différentes possibilités de production, quelles sont les marchandises qui sont produites et dans quelles proportions sont-elles consommées?*

*Or, le choix exige nécessairement une évaluation des biens. En conséquence, la "valeur" doit constituer un élément essentiel dans la conception du fait économique. Toutefois l'évaluation des biens peut être envisagée de différentes manières. Pour un bien donné, nous pouvons envisager la consommation de ce bien, les quantités des autres biens étant considérées comme constantes. Nous pouvons aussi, ce qui est plus logique, étudier la valeur d'un bien par rapport à la consommation des autres biens concurrents ou complémentaires. La "valeur" se présente comme un indice de substitution entre des quantités accrues ou diminuées, quantités qui rendent objective la comparaison faite de façon subjective par le consommateur entre les utilités marginales des quantités substituées.*

*La substitution ne se présente pas toujours avec netteté. Pour la concevoir de façon complète, nous devons élargir le cadre de l'étude, soit dans le champ de la consommation, soit dans le domaine de la production. Il convient même d'aller au delà en incluant dans la même analyse la production et la consommation, chaque fois que la production n'entraîne pas le problème des investissements. Dans le cas où l'investissement entre en jeu, le choix revêt des aspects plus complexes qui dépassent les limites de l'étude que nous effectuons. Mais, tant qu'il n'est pas nécessaire de lier la production à l'investissement, c'est à dire tant que nous*

*envisageons une production sans modification de productivité de ses facteurs, nous pourrions réunir production et consommation dans une même analyse.*

*Examinons encore une autre hypothèse. Envisageons une période chômage de certains facteurs de production. Une disponibilité de ressources existant, le coût alternatif paraît insoutenable du fait que pour produire une chose il n'est pas nécessaire de renoncer à la production d'une autre; les deux choses pourraient être produites.*

*En réalité, cela ne se peut pas. Avec la stagnation il y a une diminution du revenu. Le pouvoir d'achat du consommateur diminue. Si, auparavant, il pouvait acheter deux produits même nettement concurrents (thé et café par exemple), du fait de cette diminution de pouvoir d'achat, l'acquisition d'un article implique nécessairement le renoncement à l'acquisition de l'autre, même si les deux sont faiblement concurrents (lait et viande par exemple). C'est une chose ou une autre malgré la disponibilité des facteurs de production.*

#### b) Production en évolution.

*Quand nous étudions l'évaluation des biens au moyen de la modification des quantités consommées, nous le faisons en fonction de la variation des prix relatifs, ou de la variation du niveau du revenu. Les prix, ou le niveau du revenu, sont donnés. Evidemment dans ce procédé nous ne considérons pas les causes qui déterminent l'altération de la relativité des prix ou celles qui font varier le revenu. Cependant, pour les fondateurs de l'Économie, l'étude de telles variations constitue l'objectif de leurs recherches.*

*Adam Smith et David Ricardo ont donné une grande importance à l'expansion de la production. Le second, plus préoccupé que le premier d'en fixer les caractéristiques théoriques, a donné un caractère évolutif à la notion de valeur, la mettant en relation avec les quantités décroissantes de travail entrant en jeu dans l'élaboration des produits. Ricardo établit le contraste entre valeur et richesse. Un pays sera d'autant plus riche, dit-il, que ses produits auront moins de valeur, c'est à dire quand la quantité de travail nécessaire à leur élaboration diminue en raison du progrès technique de la production.*

*L'aspect évolutif de la valeur-travail de Ricardo n'a pas été suffisamment observé. Les socialistes, Marx principalement, ont*

*considéré comme proposition première d'un examen de la distribution d'un produit, sa valeur-travail, sans envisager le problème d'une évaluation dans la consommation. Dans l'hypothèse de Ricardo, la "valeur du travail" étant reliée à l'expansion économique, cette valeur peut être envisagée comme coïncidant avec la "valeur-utilité". Plus la productivité du travail augmente, c'est à dire, plus grande est la quantité de produit par unité de travail, plus grand est le supplément de produit sur le marché. Avec l'augmentation de l'offre les consommateurs lui attribuent une utilité marginale plus faible. Il y a, ainsi, une convergence de valeur, sous les deux angles considérés: on réduit la "valeur" du travail dans la préparation du produit, ceci en augmentant la productivité; on réduit la "valeur" au point de vue utilité marginale, en raison de l'accroissement du supplément de marchandise.*

c) Distribution du produit et prix des facteurs.

*Quand on étudie la distribution du revenu national entre les facteurs de production, ce que l'on veut mettre en évidence, c'est la modification du revenu national, et, dans ce cas, il importe de savoir comment ce revenu sera redistribué ou comment sera distribué son accroissement entre les différents facteurs de production. Quand on part de la présupposition que le revenu national se maintient constant, ou mieux, quand l'attention est retenue non par l'ensemble de l'économie, mais seulement par le revenu de chaque entreprise considérée individuellement (revenu correspondant à une installation déjà terminée et en fonctionnement) la relation entre les quantités produites et le nombre des facteurs peut être traduite monétairement en termes de prix. La rémunération s'identifie au prix auquel doit être payé le facteur qui participe à la production. Si le prix est égal ou supérieur à la productivité que le facteur peut offrir à l'entreprise, elle n'a pas intérêt à l'employer. Elle en recherchera un autre qu'elle lui substituera, ou elle continuera à l'employer, et alors cessera d'obtenir un bénéfice. Si le prix est inférieur à la productivité que le facteur peut offrir à l'entreprise, elle l'emploiera et obtiendra un "excédent".*

d) Production courante et investissement.

*S'il n'y a pas d'accroissement de productivité des facteurs de production, alors, dans ce cas, le bénéfice résulte d'une redistribution du revenu en faveur des uns et au détriment des autres.*



*Il y a des "bénéfices" parce que quelques uns détiennent une position privilégiée par rapport aux autres facteurs de production, et ainsi dans l'hypothèse de la libre concurrence la valeur du produit doit être équivalente à la somme des rémunérations des facteurs.*

*Quelle est la signification pratique de la distinction entre production courante et investissement?*

*L'avantage de la distinction réside dans le fait que dans un cas, celui de la production courante, nous pouvons observer un supplément de biens et services sur le marché en relation avec la distribution du revenu des facteurs, tandis que dans le cas de l'investissement il n'existe pas de liaison entre la distribution de revenu et le supplément de produit sur le marché. Durant l'élaboration de l'investissement, il y a une distribution du revenu en tant que rémunération des facteurs de production, mais il n'y a rien à offrir au marché tant que l'investissement n'est pas terminé. De plus une fois réalisé, l'investissement contribuera comme les autres facteurs à préparer une nouvelle production. Le revenu concernant le produit de cette nouvelle production n'a donc pas de relation avec la somme payée aux facteurs qui ont participé à l'élaboration de l'investissement. En d'autres termes, la somme versée aux facteurs de production n'est pas en relation avec la valeur de l'investissement parce que la valeur de celui-ci apparaîtra seulement quand il participera à un nouveau système productif, et à ce moment, les facteurs de production employés à préparer l'investissement seront alors inoccupés.*

*D'où provient la somme destinée au paiement des facteurs de production employés à préparer l'investissement? La source de paiement est dans la somme des économies ou de l'épargne.*

*Tandis que dans la production courante les facteurs de production voient leur rémunération dépendre de la place du produit sur le marché ou dans la consommation, dans la cas des investissements la rémunération des facteurs dépend de la somme non consacrée à la consommation, c'est à dire, des quantités épargnées.*

**e) Épargne, Investissement et Productivité.**

*La somme épargnée qui est employée dans un investissement correspond à l'utilisation des facteurs employés dans la production courante. Une fois posé que la production courante est celle qui fournit le marché en biens et services, y compris le remplacement des installations et des équipements des entreprises, nous pouvons la considérer comme production destinée à la con-*

somation contrairement à la production courante destinée aux investissements. Dans ces conditions, suivant la définition générale, l'économie, ou l'épargne, est la parcelle de revenu non employée dans la consommation.

La non utilisation du revenu dans la consommation ne signifie pas nécessairement la réduction de la consommation. Elle exprime en général une abstention de l'augmentation de la consommation. Mais dans une quelconque de ces deux hypothèses il y a libération des facteurs. Dans la première hypothèse les facteurs de production sont libérés, donc il redeviennent disponibles pour les investissements, en raison de la diminution de la consommation; l'investissement est réalisé au moyen de la diminution de la consommation. Dans la seconde hypothèse les facteurs se maintiennent libres dès qu'ils ne sont pas utilisés dans la consommation, ils étaient disponibles et se maintiennent disponibles. S'ils ne sont pas utilisés, si les économies ne sont pas employées dans l'utilisation de ces facteurs disponibles, le revenu national diminuera et les personnes qui reussaient à économiser dans le passé ne reussiront plus dans le futur en dépit de la disponibilité des facteurs de production.

Le Bénéfice qui résulte de l'accroissement de productivité des facteurs employés dans la production courante donne lieu au problème de la distribution auquel se réfère les économistes classiques. Et il est explicable qu'ils aient eu cette préoccupation puisque l'expansion économique dépend beaucoup de la manière de procéder à une distribution. Il est indispensable, afin que l'économie continue à prendre de l'expansion, qu'une part de l'accroissement des bénéfices soit réinvestie, et qu'une part soit distribuée pour assurer l'augmentation de la consommation. Ceci revient à dire que, économiquement, les bénéfices doivent être distribuées entre les détenteurs des investissements (ou capitalistes) d'une part, les salariés (au moyen de l'augmentation des salaires) et les consommateurs (au moyen de la réduction des prix de vente des produits) d'autre part.

## II

Les choix en politique économique.

Dans un pays en expansion comme le nôtre, on rencontre avec un grand désir de progrès nécessitant d'amples investissements, un désir non moins accentué d'une amélioration immédiate

*du niveau de vie de la population. De cette double tendance résulte un conflit d'objectifs en ce qui concerne l'utilisation de l'accroissement du revenu; le problème de l'option se pose donc de façon aigue. Ou bien on cherche à étendre les limites du choix, en adoptant de nouvelles possibilités pour l'option, ou bien on affronte le dilemne. Si l'on admet que l'expansion des investissements exige l'utilisation d'une part appréciable de l'accroissement du revenu, il n'y a plus possibilité d'augmenter la consommation. Si, au contraire, on opte pour la consommation, on devra alors renoncer aux investissements. Ignorer le dilemne, en tentant d'augmenter simultanément les investissements et la consommation, sans faire appel à d'autres sources de revenus comme par exemple les ressources provenant de l'étranger, qui d'ailleurs exigent aussi un choix, est fuire le problème, et par suite, contribuer à l'aggraver.*

La substitution en politique économique.

*Le critère du choix des investissements est constitué par la variation des prix relatifs. Cette variation permet, non seulement d'équilibrer la répartition des ressources, mais aussi de développer la substitution des produits. Les investissements affectés à la production d'articles doués d'une capacité de substitution élevée sont aussi importants que les investissements de base. C'est l'introduction des ces articles sur le marché qui donne plus de liberté à une accélération du progrès, une foi assurées les premières facilités offertes à la collectivité par les investissements de l'infrastructure.*

*Poursuivant les études de Pareto, Hicks a donné une importance particulière au phénomène de la substitution. Pour caractériser la concurrence des produits ou leur propriété de se compléter, Hicks a jugé bon de faire intervenir la relativité du pouvoir d'achat de la monnaie dans l'analyse de la substitution. L'influence de l'élément monétaire donne plus de consistance à une définition logique, et surtout, offre la possibilité de vérifier l'énorme amplitude que l'on peut imprimer à l'activité économique, en partant d'une simple substitution entre deux produits.*

*Si nous considérons deux articles et si nous examinons leur substitution "amonétaire", c'est à dire sans se référer à la modification du pouvoir d'achat de la monnaie, notre attention ne sera pas attirée par l'importance de la substitution en tant que cause d'accélération du progrès. Toutefois, si nous tenons compte de l'amélioration du pouvoir d'achat qui provient de la baisse de prix*

*d'un produit qui peut très facilement en remplacer d'autres, le degré d'accélération du progrès d'une économie basée sur les substitutions de produits est important.*

*De manière générale, les planifications totales donnent une grande importance à l'élasticité du revenu ou à l'augmentation de la consommation en fonction de l'accroissement du revenu. Cependant, en méprisant le rôle de la variation des prix relatifs, les auteurs laissent de côté un élément très important de propulsion économique.*

*A la suite de ces considérations, on peut également mettre en doute l'efficacité d'une politique monétaire basée exclusivement sur le niveau général des prix. Certaines modifications dans la relativité des prix sont des indices de grande valeur pour la politique monétaire. Le pouvoir de la monnaie ne se modifie pas autant, uniquement du fait de l'ensemble des prix. Chaque variation de prix a une influence sur la valeur de la monnaie. Il est évident, que les variations en elles mêmes, sont, dans la majorité des cas, insignifiantes. Mais, si les prix d'un certain nombre de produits, produits complémentaires ou facilement substituables, varient, il convient de faire la vérification individuelle de ces phénomènes. Si l'on attend la variation globale du niveau des prix, au moment où elle surviendra, ce qui aurait pu être empêché ou favorisé peut alors être corrigé seulement.*

Bénéfices et salaires en politique économique.

*Nous admettons difficilement le plein emploi de tous les facteurs de production. Il est bien probable que quelques branches de la production ne se complètent pas entre elles; pour certaines la capacité de productivité n'est pas atteinte dans des conditions économiques, tandis que pour d'autres, l'utilisation des moyens de production est portée à un degré excessif et anti-économique. Toutefois, ces déséquilibres, bien que répétés, sont transitoires et ne deviennent plus graves que lorsque les troubles monétaires augmentent et se prolongent.*

*Posons nous à présent la question suivante: au cas où il y aurait stabilité monétaire les facteurs de production seraient-ils dotés d'une organisation qui leur permette de se compléter?*

*Nous affirmons tout de suite, en nous basant sur l'expérience de divers pays, y compris le nôtre, que l'équilibre dans l'emploi des facteurs dans les différentes branches de la production, peut être atteint dans une économie où prévaut un régime*

de stabilité monétaire. Cependant, cette affirmation ne signifie pas que la stabilité monétaire puisse résoudre tous les problèmes relatifs aux produits complémentaires. Il y a dans la réalisation d'un tel plan, notamment entre les facteurs "capital" et "travail" des influences sociales qui échappent au domaine étroit de l'analyse économique.

Le fait d'avoir reconnu l'existence de variables "non économiques" qui devraient être intégrées dans l'analyse économique, n'a pas été suffisamment exploité.

L'idée d'étudier l'ensemble de la vie sociale pour mieux connaître la vie économique est bien vieille sans doute. Il ne faut pas s'étonner que l'Allemagne, pays dans lequel est né le mouvement de droit fondé sur l'évolution historique, ait été le berceau de l'École Historique, source de doctrines économiques. Mais, qui a la patience de lire les minutieux travaux de Roscher, sur l'économie industrielle, ne trouvera pas une liaison adéquate entre ce qu'il décrit et l'instrument de l'analyse économique.

Les socialistes cherchent à déceler une faute "d'humanisme" dans l'analyse économique des classiques, et pensent pouvoir exprimer une conscience "sociale et économique" par l'interprétation historique de l'évolution humaine. Cependant, lorsqu'ils parviennent à une conclusion, c'est par l'intermédiaire du choix de certains actes logiques de la conduite humaine; le résultat ne pourrait être différent d'ailleurs, puisque en réalité, ainsi que le dit Robertson l'économie est une partie de l'étude de la conduite des hommes, et pour généraliser les actes observés, il faut qu'ils possèdent un caractère logique. D'autre part, un économiste tel que Pareto, qui dans son "Cours" et surtout dans son "Manuel" s'est révélé un analyste si perspicace, n'est pas parvenu à indiquer les variables "non économiques" nécessaires à l'analyse économique, malgré avoir consacré la fin de sa vie à l'étude de la sociologie. Avant de mourir il publia le Traité de Sociologie Générale, en deux volumes importants. Pourtant, il ne nous a pas indiqué l'usage que nous pourrions faire dans l'analyse économique, des "résidus", qu'il a classifiés de si ingénieuse façon. Néanmoins, il est intéressant de relever que certains de ces résidus correspondent à la théorie de l'entrepreneur de Schumpeter.

D'autres auteurs, Thorstein Veblen aux États-Unis par exemple, qui ont donné une grande importance à l'"institutionalisme" en tant que base des études économiques présentent des observations du même ordre. Veblen dans "Imperial Germany and the Industrial Revolution", a fait des observations que ressemblent

beaucoup à celles de Pareto. Et, pour ne pas en citer davantage, il suffit de se référer à Torqueville, qui dans son livre bien connu sur la démocratie en Amérique anticipe sur la nécessité de la concomitance des deux résidus cités par Pareto. L'association de ces deux forces divergentes est nécessaire pour assurer le progrès d'un pays.

Toutefois, celui qui a le mieux traduit pour l'analyse économique, les effets du "résidus de première classe" auquel se réfère Pareto, a été sans aucun doute Schumpeter. Dans son travail il est possible de lier l'esprit d'entreprise à l'analyse économique.

Un autre élément exogène qui intervient dans l'analyse économique est l'accroissement de la population, dont l'influence se fait sentir dans l'offre du travail. C'est cette variable exogène qui a été bien exploitée par Karl Marx.

Parallèlement au supplément de main d'oeuvre provenant du taux d'augmentation de la population, on pourra observer une disproportion plus ou moins grande entre l'existence d'équipements et d'installations (capital) et les ouvriers disponibles (travail).

Si la population croît rapidement, l'augmentation de l'offre de travail sera relativement plus grande que l'augmentation de capital.

Du fait que, à côté de cette production rudimentaire, surgissent des entreprises capables d'offrir une plus grande productivité, il ne faut pas conclure que le salaire doit être augmenté directement, en conséquence de l'accroissement de la productivité. Il suffirait que le produit en question subisse une forte concurrence pour qu'il soit vendu à un prix réduit: le travail ne bénéficierait plus directement des avantages de l'accroissement de la productivité; de même les possesseurs de capital n'auraient plus de bénéfices. L'avantage de l'amélioration de la productivité reviendrait entièrement à la consommation. Aucun des facteurs ne gagnerait séparément, mais tous, en tant que consommateurs, obtiendraient des avantages du fait de la diminution du prix du produit. Ceci est, en substance, le raisonnement de Ricardo qui admet l'élévation réelle du salaire de "subsistance" avec le progrès économique (l'expansion avec la monnaie neutre de Hayek). Nous pouvons ensuite considérer comme de faible importance la distinction faite par Mr Celso Furtado, entre "minimum de subsistance" et "productivité marginale du travail". Cependant subsiste la différence qu'il a établi entre le salaire courant et l'accroissement de la pro-

*ductivité du travail, différence vérifiée dans des entreprises de plus grande efficacité et qui revêt à nos yeux une grande importance.*

*La réduction des prix généralisée peut provoquer de graves phénomènes de redistribution du revenu national qui entraînent une dépression économique. Pour ce motif, les autorités préfèrent augmenter les moyens de paiement en fonction de l'accroissement de la quantité des biens et des services. Mais comme complément de cette politique monétaire, il faut évidemment s'efforcer d'obtenir une élévation des salaires parce que, dans le cas contraire on courrait le risque d'avoir une offre de marchandises, sans possibilité de les acquérir, le niveau des prix étant constant. De plus, afin de préserver les nouvelles entreprises contre une concurrence de la part d'entreprises établies à l'étranger, il est normal d'adopter une politique de restriction de la concurrence internationale, à l'aide de barrières douanières, et, grâce à cette intervention les entreprises nationales acquièrent un certain monopole; c'est pourquoi, elle ne transfèrent pas aux consommateurs le bénéfice provenant de l'augmentation de la productivité du travail.*

*Il est évident que, dans le cas du Brésil, un programme sérieux d'améliorations du rendement s'impose pour la production agricole et pour l'élevage. La faible productivité de l'agriculture brésilienne ne provient pas de l'excès de population; elle est due beaucoup plus à un manque de fertilité de la terre causé par la manière déplorable dont on utilise le sol, et par la technique par trop rudimentaire de la production agricole et de l'élevage. L'amélioration de la technique de cette production, réalisée, on obtiendrait une augmentation appréciable de la productivité du travail, et par suite, l'élévation du niveau des salaires serait très rapide.*

*L'erreur commise dans notre pays est de fixer le salaire minimum à un niveau élevé. Dès que le "minimum" atteint un niveau du salaire moyen, on court le risque de porter préjudice aux entreprises dans lesquelles l'accroissement des salaires signifie une augmentation du prix de revient et non seulement une simple réduction des prix.*

*Si l'on pouvait augmenter le degré d'efficacité en forçant l'augmentation du niveau des salaires, il n'y aurait rien à dire. On peut penser, cependant, que de nombreuses entreprises déficientes se maintiendraient sur le marché si, par la nature de leurs produits elles pouvaient vaincre l'augmentation du coût au moyen d'une augmentation du prix de vente des produits. D'autres, plus*

*efficientes disparaîtraient uniquement par le fait d'opérer avec des produits pour lesquels la demande est élastique.*

*La productivité du travail varie considérablement d'une entreprise à l'autre, et dans les différentes branches de production. Il existe une tendance au nivellement, mais à l'intérieur de limites assez larges. Jusqu'à un certain point, une généralisation est possible et souhaitable, telle par exemple celle du salaire "minimum". Dès lors, si l'on adopte une réglementation, elle doit être en accord avec les conditions de productivité particulières à chaque entreprise. Aussi est ce pour cela que, bien d'étant d'un dosage difficile, l'augmentation des salaires en fonction de l'accroissement des bénéfices de chaque entreprise est le moyen le plus sûr pour atteindre un développement équilibré. Bonne ou mauvaise, c'est dans cette voie que s'engagent les peuples; aussi, contrairement à ce que l'on avait prédit, les statistiques de l'accroissement des revenus accusent, dans les pays capitalistes, une augmentation proportionnelle des bénéfices et des salaires.*